

Proposta Temática ao 40.º CONGRESSO do PSD

Educação: crónica de uma tragédia anunciada

1.º subscritor: António Duarte Conde Almeida da Cunha (militante n.º 212368)

Um dos temas que tem merecido a atenção da Comissão Política Distrital do PSD do Porto tem sido a Educação. Nesse sentido, um conjunto de delegados, eleitos no Distrito do Porto ao 40.º Congresso do PSD, entenderam apresentar uma proposta temática para reforçar a necessidade de uma urgente e forte tomada de posição do PSD a fim de procurar evitar o colapso do Sistema de Ensino Português e fazer refletir novamente a qualidade e os valores do mérito, do trabalho e da aprendizagem.

Nos últimos sete anos de governação socialista, com o apoio parlamentar da esquerda radical e dos seus sindicatos, o País não viu uma única reforma merecedora desse nome, nem usufruiu de políticas públicas que visassem a melhoria da condição orçamental, sequer o crescimento de uma economia robusta que nos preparasse para momentos de crise como aquele que vivemos atualmente.

Em sete anos, António Costa foi incapaz de potenciar o crescimento da economia Portuguesa porque, entre outras, foi incapaz de dizer não, aos seus parceiros da geringonça, a fim de retirar o peso exagerado do Estado da nossa economia. E, sabemos bem, que este Partido Socialista governa para o curto prazo e sobrevive, sobretudo, graças ao clientelismo em prejuízo do País.

Nos últimos sete anos, a governação socialista foi atirando paulatinamente Portugal para o pelotão de trás dos Países da União Europeia. Fomos e seremos ultrapassados por Países da Europa do Leste que entraram na UE muito depois de Portugal.

Há mais de duas décadas que não temos crescimento económico dinâmico e nos últimos sete anos muito pouco se fez em setores estruturais como a Saúde, a Educação, a Coesão Territorial ou a Justiça.

Sobre a educação dita formal, a que vai do ensino Pré-Escolar ao Ensino Secundário, declaramos que consideramos a educação e a formação das novas gerações como o

alicerce estratégico para o nosso futuro individual e coletivo, como o verdadeiro passaporte para a melhoria das condições de vida dos portugueses, a fim de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais.

Mas, estaremos dispostos a tornar o nosso sistema educativo mais inovador, mais justo, inclusivo e equitativo até ao final desta década?

Até 2030 teremos o maior volume de dinheiro de Fundos Europeus alguma vez recebidos desde a nossa entrada na então CEE, em 1986, e, por isso, deveria haver potencial financeiro para se investir no setor basilar da Educação.

Todavia, quem tem responsabilidades na governação do País estará disponível para considerar o dinheiro aplicado no sistema educativo como um investimento fundamental e necessário, em vez de o rotular como mera despesa?

Quererá algum Governo até ao final da década arriscar saber qual o custo da ignorância, depois de 48 anos vividos sob a liberdade que nos trouxe abril?

A complexidade do conhecimento, as competências, as atitudes e os valores, que os alunos e jovens de hoje precisam de desenvolver para estarem preparados para o mundo de amanhã, exigem do Governo, do sistema educativo, das escolas e dos professores o melhor de cada um!

O mundo mudou tanto em tão pouco tempo, mas a Escola de hoje, na prática e longe dos discursos de circunstância de ministros da educação, não tem mudado tanto assim. Apesar da retórica ministerial, que propositadamente esquece que para os alunos deixarem de ser meros aprendentes passivos, as escolas precisam de se realizar como verdadeiros ambientes de aprendizagem mais dinâmicos, com infraestruturas, com equipamentos e com organização de horários de trabalho dos docentes que, na sua componente não letiva, promovam condições que induzam o trabalho colaborativo, a interdisciplinaridade e a articulação curricular.

Há factos incontornáveis: Portugal é dos Países da OCDE onde as desigualdades sociais mais se manifestam nos percursos escolares dos alunos. Há alunos que nasceram pobres para os quais Escola não lhes serviu de elevador social; a crise mundial como consequência da pandemia da Covid-19, veio expor as insuficiências e as desigualdades dos sistemas educativos relativamente, por exemplo, à

conectividade, à disponibilidade de computadores para o ensino a distância, aos apoios necessários para criar ambientes de aprendizagem adaptados às circunstâncias pandémicas.

Milhares de alunos ficaram e continuam a ficar para trás por incapacidade de resposta rápida e eficaz do governo.

O relatório da OCDE *The State of School Education: One Year into the COVID Pandemic* demonstrou que de entre os 30 Países estudados, Portugal se destacou negativamente por o Governo ter tomado tardiamente medidas de fundo para contrariar os efeitos da pandemia nas aprendizagens dos alunos Portugueses.

E a recuperação das aprendizagens daqueles alunos que têm ficado sem aulas durante os últimos três anos letivos, pelo menos, por falta de professores para preencherem os horários em falta?

Trata-se de um problema estrutural sobre o qual o Partido Socialista e o Governo nos últimos seis anos pediram estudos, mas ação, nenhuma.

A carreira docente, e conseqüentemente todo o sistema educativo, atravessa uma verdadeira crise que o Governo de António Costa não soube antecipar apesar das evidências, dos estudos e dos avisos de que a carreira docente está envelhecida e que na presente década haverá falta de professores.

De acordo com a publicação *Estado da Educação 2019*, do Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2018/2019, os docentes em exercício de funções na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário integravam, na sua maioria, a faixa etária dos 50 ou mais anos de idade, no ensino público (...).

Aliás, em 2018/2019, a proporção dos docentes que tinham idade inferior a 30 anos é quase residual no ensino público, correspondendo a 0,6% e com tendência a piorar. Todos os estudos e publicações nos mostram que não tem havido o natural rejuvenescimento na profissão docente.

Até 2030, 57,8% dos professores do quadro atual aposentar-se-á.

As aposentações dos professores aliadas à forte diminuição do número de jovens que querem ser educadores ou professores, segundo um estudo de análise de Luísa Loura (<https://www.ffms.pt/blog/artigo/578/quantos-alunos-estarao-sem-aulas-daqui-a-1-ano>), deixarão no próximo ano letivo 110 mil alunos sem aulas. Tudo isto terá

consequências desastrosas nas aprendizagens e na formação desses alunos a quem o sistema educativo irá falhar.

Paradoxalmente, Tiago Brandão Rodrigues, ministro da educação durante seis anos, conhecia os números e simplesmente empurrou com a barriga o problema. Sabia também que haverá necessidade de contratar cerca de 34 mil docentes nos próximos dez anos e não apresentou políticas para dirimir tão grave problema!

Desde há três anos a esta parte que tem havido turmas nas escolas deste País que não tiveram aulas a pelo menos uma disciplina o ano inteiro! Tudo isto nos faz lembrar outros tempos que não queremos que regressem.

Apesar de ser consensual a importância da classe docente na educação e na formação das nossas crianças e jovens, e, conseqüentemente, o seu trabalho ser fundamental para a qualidade do nosso sistema educativo, a carreira docente não tem qualquer atratividade para os jovens que ingressam no ensino superior.

Desde o início deste século que o número de inscritos nos cursos de formação inicial de professores caiu cerca de 70%. Para toda esta tragédia na educação tem contribuído a falta de estabilidade profissional na carreira docente, a falta do reconhecimento social da profissão; o desgaste profissional, as crescentes injustiças criadas por um modelo de avaliação docente que não promove o mérito e, ainda, o aumento brutal da carga burocrática no desempenho profissional que tira tempo de qualidade aos professores para prepararem as suas aulas.

Assim, o PSD deverá através do seu grupo parlamentar apresentar um conjunto de propostas legislativas para contrariar a crescente falta de professores:

- O regresso do estágio integrado na formação inicial dos cursos via ensino;
- O regresso da profissionalização em serviço para mestres de outras áreas científicas que queiram seguir a carreira docente;
- A alteração do modelo de avaliação docente tendo em vista a valorização da profissão e da carreira docente, recompensando os melhores professores e, conseqüentemente, as suas escolas/agrupamentos;

- Assegurar a formação contínua de todos os docentes centrada na atualização do conhecimento científico, pedagógico e didático, na cultura pedagógica, na gestão da sala de aula e em estratégias de combate ao insucesso escolar;
- A criação de incentivos salariais e fiscais à fixação de docentes em zonas de baixa densidade ou onde há falta de professores, como na região de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve;
- Entrada dos docentes nos quadros de Escola/Agrupamento após o estágio/profissionalização em serviço que pertençam a grupos de recrutamento deficitários;
- Anular as práticas de distribuição de serviço que se têm instalado nas escolas e que transferem para a componente não letiva do trabalho docente atividades que sem dúvida devem estar inseridas na componente letiva;
- Alterar os conteúdos letivos de cada disciplina em função da sua relevância futura para os alunos e não de qualquer pensamento político-dogmático que se pretende impor;
- Reestruturar o modelo de avaliação no sentido de garantir que os alunos adquiriram os conhecimentos necessários;
- Implementar um modelo de apoio ao estudo que permita aos alunos com maiores dificuldades transitarem de ano com mérito e não de forma administrativa que serve mais para a estatística do que para o futuro dos alunos;

Perante o retrato traçado, não se vislumbram da parte do novo Governo ações para resolver ou antecipar a resolução deste problema tão sério que se tem abatido sobre as nossas escolas e que terá consequências devastadores.

Não vemos da parte do Governo a adoção de políticas públicas para a educação da infância que contrariem as dinâmicas da retração demográfica. O número de nascimentos em janeiro e fevereiro de 2021 foi o mais baixo desde que há registos. Portugal precisa de apostar em políticas de apoio à maternidade e à parentalidade, criando condições de acesso a uma educação de infância gratuita e de qualidade, desde os primeiros meses de vida das nossas crianças, generalizando as creches.

A este propósito, o Governo mentiu aos Portugueses quando prometeu durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas creches gratuitas para todos. Agora, vem desdizer o que disse afirmando que, afinal, a creche gratuita é para todas as crianças até um ano de idade que frequentem o sector social e solidário!

É ainda necessário um investimento claro no ensino profissional. Trata-se de uma modalidade do ensino secundário de dupla certificação cuja estrutura modular do currículo permite ajustar ritmos de ensino e de aprendizagem, possibilitando desenvolver percursos individuais diversificados, recentrando a aprendizagem nos alunos/formandos através de uma componente prática do currículo muito forte.

Empresas com colaboradores qualificados são mais produtivas, mais inovadoras e com melhores condições para enfrentar a concorrência a nível local e global, favorecendo o crescimento económico do País de que tanto precisamos. São os nossos empresários que nos alertam para uma carga fiscal que os vai matando aos poucos. São os indicadores que nos dizem que Portugal não cresce há 20 anos, que a dívida pública teima em não baixar substancialmente e que existe um Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que concentra a maioria dos recursos financeiros no investimento público em serviços, equipamentos e infraestruturas públicas, mas que deliberadamente esquece a génese, o ponto de partida para a construção do PRR, que foi uma economia devastada, e esquece o tecido empresarial e também a dimensão da recuperação face à crise que se abateu sobre nós.

Ora sem o alicerce de uma economia forte, resiliente e geradora de emprego não há pilar social que aguente e este acabará por ruir. Por aqui se vê a importância e o contributo que o ensino profissional pode e deve ter na transformação da economia do nosso País.

Os subscritores desta proposta temática estão seguros da importância que o PSD pode ter na alteração do paradigma educativo e facilitista vigente.

É preciso, pois, ACREDITAR!

Porto, 20 de junho de 2022

A Comissão Política Distrital do PSD do Porto